

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA
Entrada nº: <u>228</u>
Data: <u>20. DEZ 2019</u>



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência
GAOM

Data
19.12.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 999-P/2019

«Proposta de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sintra em vigor para adequação ao Programa da Orla Costeira de Alcobaça – Cabo Espichel.»

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, comunico a V. Ex.ª a alteração por adaptação do PDM de Sintra em vigor para adequação ao Programa da Orla Costeira de Alcobaça – Cabo Espichel, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 121.º do RJIGT, por via da declaração aprovada na reunião de Câmara realizada a 17 de dezembro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

12

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 17-12-2019**.

Proposta nº 999-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 17 de dezembro de 2019.

O Presidente


Basílio Horta

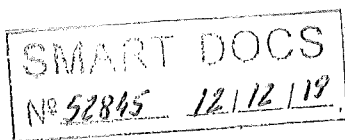
A Coordenadora


Lúcia Dias Vargas



Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 gaom@cm-sintra.pt



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

PROPOSTA N.º ⁹⁹⁹____ - P /2019

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º66/2019, de 11 de abril, que aprova o Programa da Orla Costeira de Alcobaça – Cabo Espichel, adiante designado POC-ACE, estabelece que *"as normas dos planos territoriais incompatíveis com o POC-ACE, como tal identificadas no anexo III à presente resolução, da qual faz parte integrante, devem ser atualizadas de acordo com as formas e os prazos estabelecidos nesse anexo"* (alínea b) do n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º66/2019, de 11 de abril).

Considerando que a não atualização de plano territorial, nomeadamente do PDM, motiva a sua suspensão, na área de intervenção do POC-ACE, designadamente das normas que deveriam ter sido alteradas, de acordo com o disposto no artigo 29.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

Considerando que, apesar da Assembleia Municipal de Sintra ter aprovado no passado dia 2 de dezembro de 2019 a proposta de revisão do PDM de Sintra, que segue para ratificação governamental (nos termos dos artigos 90.º e 91.º do RJIGT), e da mesma integrar as normas do POC-ACE, poderá ocorrer um hiato de tempo segundo o qual a integração no PDM em vigor não foi concretizada, com risco de aplicação das consequências previstas no artigo 29.º do RJIGT, das quais se destacam:

- a) A suspensão das normas do plano territorial que deviam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo (n.º 1 do artigo 29.º do RJIGT);
- b) A falta de iniciativa, por parte do município, bem como o atraso da mesma atualização por facto imputável à Câmara Municipal, determina a suspensão do respetivo direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, até à conclusão do processo de atualização, bem como a não celebração de contratos-programa (n.º 4 do artigo 29.º do RJIGT).

Reunião de

17 DEZ. 2019

Doc.º Apudado com o
N.º 12



Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) tem insistido com a Câmara Municipal de Sintra, no sentido de se proceder urgentemente à alteração por adaptação das normas indicadas no referido anexo III da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril, apesar da integral adequação do novo PDM em vias de ratificação governamental.

Considerando que importa não onerar a Câmara Municipal e os Municípios, seja pela via da suspensão das normas aplicáveis ou pela interdição no acesso a fundos e apoios financeiros comunitários e nacionais, foram desenvolvidos os trabalhos com vista à alteração por adaptação do PDM de Sintra (Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/1999, de 4 de outubro), nos termos do artigo 121.º do RJIGT, e conforme documento anexo a esta proposta, e que dela faz parte integrante.

Considerando que a alteração por adaptação do PDM *"depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do plano"* (n.º3 do artigo 121.º do RJIGT) que é *"transmitida previamente ao órgão competente pela aprovação do programa ou plano"* (n.º4 do artigo 121.º do RJIGT), nos termos do RJIGT.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Aprovar, por declaração, a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sintra em vigor, conforme documentos anexos, para adequação ao Programa da Orla Costeira de Alcobaça – Cabo Espichel (Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril), nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

Reunião de

17 DEZ. 2019

Docº Agendado com o
Nº 12



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA

Que seja comunicado à Assembleia Municipal e posteriormente dado conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo do presente procedimento de alteração por adaptação.

Paços do Concelho de Sintra, 12 de 12 de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra


Basílio Horta

Reunião de

17 DEZ. 2019

Docº Agendado com o
Nº 12



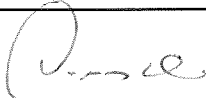
N.º SM 52845/2019
Sintra, 12-12-2019 14:27:05

Assunto: Alteração por adaptação do PDM ao POC-ACE

A consideração do Exmo. Sr. Presidente.

TIAGO MEALHA COSTA
FORJAZ TRIGUEIROS

Digitally Signed by TIAGO MEALHA COSTA FORJAZ
TRIGUEIROS
DN: CN=TIAGO MEALHA COSTA FORJAZ
TRIGUEIROS, SERIALNUMBER=B108170519,
O=TIAGO MEALHA COSTA FORJAZ
TRIGUEIROS, OU=Assinatura Qualificada do Cidadão,
OU=Cidadão Português, O=Cartão de Cidadão, C=PT
Reason: Pincer
Date: 2019-12-12T14:38:20


12/12/19

Basílio Horta
Presidente

Reunião de
17 DEZ. 2019
Docº Agendado com o
Nº 12

De: Tiago Forjaz Trigueiros, coordenador do GPDM

Para: Exmo. Sr. Presidente, Dr. Basílio Horta

A Resolução do Conselho de Ministros n.º66/2019, de 11 de abril, aprova o **Programa da Orla Costeira de Alcobaça – Cabo Espichel**, adiante designado **POC-ACE**, estabelecendo que *“as normas dos planos territoriais incompatíveis com o POC-ACE, como tal identificadas no anexo III à presente resolução, da qual faz parte integrante, devem ser atualizadas de acordo com as formas e os prazos estabelecidos nesse anexo”* (alínea b) do n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º66/2019, de 11 de abril), sendo que a não atualização motiva a suspensão, na área de intervenção do POC-ACE, das normas que deveriam ter sido alteradas, de acordo com o disposto no artigo 29.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT)¹.

Apesar da Assembleia Municipal de Sintra ter aprovado no passado dia 2 de dezembro de 2019 a proposta de revisão do PDM de Sintra, que segue para ratificação governamental nos termos dos artigos 90.º e 91.º do RJIGT, e da mesma integrar as normas do POC-ACE, poderá ocorrer um hiato de tempo segundo o qual a integração no PDM em vigor não foi concretizada, com risco de aplicação das consequências previstas no artigo 29.º do RJIGT, das quais se destacam:

- a) A suspensão das normas do plano territorial que deviam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo (n.º1 do artigo 29.º do RJIGT);
- b) A falta de iniciativa, por parte do município, bem como o atraso da mesma atualização por facto imputável à Câmara Municipal, determina a suspensão do respetivo direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, até à conclusão do processo de atualização, bem como a não celebração de contratos-programa (n.º4 do artigo 29.º do RJIGT).

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) tem insistindo com a Câmara Municipal de Sintra, no sentido de se proceder urgentemente à alteração por adaptação das normas indicadas no referido anexo III da Resolução do Conselho de Ministros n.º66/2019, de 11 de abril, apesar da integral adequação do novo PDM em vias de ratificação governamental.

Assim, e de forma a que o Município e os Municípios não sejam prejudicados, seja pela via da suspensão das normas aplicáveis ou pela interdição no acesso a fundos e apoios financeiros comunitários e nacionais, **propõe-se à alteração por adaptação do PDM de Sintra (Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/1999, de 4 de outubro), nos termos do artigo 121.º do RJIGT, e conforme documento anexo.**

¹ Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.


Reunião de

17 DEZ. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 12

A alteração por adaptação do PDM "*depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do plano*" (n.º3 do artigo 121.º do RJIGT) que é "*transmitida previamente ao órgão competente pela aprovação do programa ou plano*" (n.º4 do artigo 121.º do RJIGT), ou seja, a Câmara Municipal aprova a Declaração e dá conhecimento à Assembleia Municipal de Sintra, antes de remeter para publicação e depósito, nos termos do RJIGT.

À consideração do Exmo. Sr. Presidente



Tiago Forjaz Trigueiros, Arq.º Urb.º

Reunião de

17 DEZ. 2019

Docº Agendado com o
Nº 12